

## **Síntese das Apresentações**

**Conferência:** 23 de Outubro de 2025

### **Painel 1 - Miguel Oliveira Martins – A Fraca Participação dos Cidadãos**

A fraca participação dos cidadãos constitui um fenómeno multifacetado que incide diretamente sobre a legitimidade democrática e a concretização do princípio do Estado de direito. Partindo da consagração constitucional do direito de participação política, analisa-se a sua efetividade material face à crescente desafeição cívica e ao distanciamento entre governantes e governados. A comunicação propõe uma leitura integrada, jurídico-política e sociológica, que relaciona a tecnocratização das decisões públicas, a centralização administrativa e a erosão do sentimento de pertença comunitária como fatores estruturantes desta crise participativa. Defende-se que a revalorização do princípio da soberania popular exige o reforço da transparência, da responsabilidade democrática e da educação cívica, bem como a promoção de mecanismos de deliberação pública que restituam à cidadania o seu carácter ativo e corresponsável. Assim, argumenta-se que o desafio contemporâneo não reside apenas em garantir o direito de participar, mas em criar condições institucionais e culturais que o tornem substantivamente exercitável.

### **Painel 2 - Clivert Faria – A União Europeia e o seu Papel no Conflito Israelo-Palestiniano: Legitimidade, Coerência e Poder**

A União Europeia encontra-se presa entre uma burocracia tecnocrática e uma encenação política, o que limita a sua legitimidade democrática e eficácia internacional. Apesar do discurso sobre direitos humanos e democracia, a prática europeia revela incoerências e pragmatismo, subordinados a interesses económicos e de segurança, daí a fragmentação interna entre Estados-Membros e instituições tornar impossível uma posição unificada. A dependência dos Acordos de Oslo e da solução dos dois Estados mostra uma visão desatualizada face à realidade atual, em que a falta de consenso interno

e de liderança firme reduz a capacidade da União Europeia de atuar como mediadora credível. O conflito no médio oriente é revelador da crise de legitimidade e da incoerência política que enfrenta a União Europeia, refletindo o estreitamento da democracia europeia e a distância entre as elites tecnocráticas e os cidadãos europeus.

### **Painel 3 - Johnatan Silva Nascimento – Externalização do Asilo: Solidariedade ou Transferência de Responsabilidades?**

A externalização do asilo constitui uma das dimensões mais controversas da política migratória da União Europeia (UE). O conceito refere-se a práticas pelas quais a UE transfere o controlo migratório e responsabilidades em matéria de asilo para países terceiros, através de acordos, financiamento e cooperação operacional. Embora apresentada, discursivamente, como expressão de solidariedade, a externalização resulta, muitas vezes, numa efetiva transferência de responsabilidades, comprometendo o acesso à proteção e expondo os requerentes de asilo a violações de direitos fundamentais. O Acordo EU-Turquia e a cooperação com a Líbia, por exemplo, ilustram este paradoxo: reduziram-se chegadas ao território europeu, mas à custa de detenções, refoulment e abusos de direitos humanos. Politicamente, estas práticas refletem a tensão entre a governação tecnocrática e encenação política, em que a retórica da solidariedade contrasta com medidas de contenção. Além disso, a externalização agrava o déficit democrático da UE, dado que decisões cruciais são tomadas em espaços pouco transparentes e com limitada supervisão parlamentar e judicial. A literatura académica aponta como soluções a inclusão de cláusulas vinculativas de direitos humanos nos acordos, o reforço da responsabilização jurídica e institucional e a expansão de vias legais e seguras, conciliando a eficácia da gestão migratória com os compromissos normativos da UE em matéria de democracia e direitos fundamentais.